

T116358
76/9/9

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 517 700 Fax: 5130 36

website: [www. www.au.int](http://www.au.int)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Oitava Sessão Ordinária

23 – 28 Janeiro de 2016

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/928(XXVIII)viii

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ PARA AS
QUESTÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ PARA AS QUESTÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS

INTRODUÇÃO

1. A reunião do Subcomité do Comité dos Representantes Permanentes da União Africana para as Questões Económicas e Comerciais foi realizada na 3ª Feira, 11 de Novembro de 2015, na Sede da Comissão da União Africana, Adis Abeba, Etiópia. Ele reuniu-se também em 11 de Janeiro de 2016 para adoptar o seu Relatório. A reunião foi presidida por S. E. Lazare Makayat Safouesse, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Congo na República Federal Democrática da Etiópia, Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África e Presidente em Exercício do Subcomité.

PARTICIPANTES DA REUNIÃO

2. Dos quinze Membros do Subcomité, os seguintes doze estiveram presentes na reunião:

1. Congo (Presidente);
2. Senegal (1.º Vice-presidente);
3. Comores (2.º Vice-presidente);
4. Tunísia (3.º Vice-presidente);
5. Zâmbia (Relator);
6. Benim
7. Côte d'Ivoire;
8. Egipto;
9. Etiópia;
10. Sierra Leone ;
11. Suazilândia;
12. Zimbabwe ;

3. A Comissão da União Africana esteve representada por Sua Excelência Sra. Fátima Acyl Haram, Comissária para o Comércio e (ver a lista dos participantes no anexo ao Relatório).

PONOT 1: ABERTURA DA REUNIÃO

4. No seu discurso de abertura, o Presidente do Subcomité informou aos participantes que o objectivo da reunião era o de examinar os relatórios das diferentes importantes reuniões organizadas pelos dois Departamentos e as suas conclusões serão submetidas aos órgãos decisórios da União Africana, no quadro dos preparativos da Cimeira de Janeiro de 2016. Em seguida, ele realçou que este exercício é crucial, tendo em conta que 2015 foi um ano-chave na caminhada de África para a sua transformação económica e social. Com efeito, de acordo com o Presidente do Subcomité, o ano foi marcado por grandes realizações: a adopção da Agenda 2063, a nova estratégia continental para cristalizar a transformação de África durante as próximas cinco décadas, o lançamento das negociações que devem culminar com a implementação da Zona Continental de Livre Comércio (ZCLC), a organização, no

Continente Africano, da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, a adopção da Agenda 2030 sobre os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a próxima COP 21 sobre as Alterações Climáticas, em Paris.

PONTO 2: ADOPÇÃO DA AGENDA

5. Foram inscritos na agenda da reunião os seguintes pontos:

- i) Abertura.
- ii) Comunicações sobre:
 - a) A Zona Continental de Livre Comércio (ZCLC)/Promoção do Comércio Intra-Africano (BIAT);
 - b) A 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio;
 - c) Os Acordos de Parceria Económica;
 - d) O AGOA;
 - e) A 1ª Sessão do Comité Técnico Especializado sobre Questões Financeiras, Monetárias, Planificação Económica e Integração;
 - f) A 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento.
- iii) Implementação das Decisões precedentes.
- iv) Diversos.
- v) Encerramento.

PONTO 3: COMUNICAÇÃO SOBRE AS QUESTÕES COMERCIAIS E ECONÓMICAS

6. A Comissária para o Comércio e Indústria fez uma apresentação das diferentes questões relativas à agenda da liberalização do comércio no Continente. A sua intervenção foi articulada em torno dos seguintes pontos: a) A Zona Continental de Livre Comércio/Promoção do Comércio Intra-Africano; b) A 10ª Conferência Ministerial da OMC; c) Os Acordos da Parceria Económica e; d) O AGOA.

7. O Comissário dos Assuntos Económicos fez uma apresentação sobre o actual desenvolvimento macroeconómico e social em África e sobre as perspectivas a médio prazo. Ele informou o Subcomité que embora África tem mostrado assinalável resiliência durante os recentes episódios da crise económica e financeira, o Continente está actualmente enfrentando novos desafios relativamente ao declínio dos preços dos produtos, severa seca em alguns Países e inundações noutros. Ele sublinhou que esta situação está causando deslocação de pessoas, doenças provocadas pela água, destruição de infraestruturas e escassez na produção de energia e por isso contribuem para os riscos na agricultura, insegurança alimentar, pobreza e desigualdade em todos

os Países africanos. Ele sublinhou ainda que, se não forem tomadas medidas, espera-se que estes factores negativos terão um efeito sobre o crescimento nos próximos anos e exacerbarão os problemas sociais e económicos uma vez que os Países africanos estão menos diversificados e dependem virtualmente directa ou indirectamente da agricultura. Finalmente, ele registou que para tratar a situação e identificar acções humanitárias, económicas e sociais que podem ser empreendidas e elaborar uma resposta colectiva da África virada para o futuro e construir uma resiliência de longo prazo, a Comissão esteve preparando a organização de uma Mesa Redonda Ministerial.

a) ZONA CONTINENTAL LIVRE DE COMÉRCIO/PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTRA-AFRICANO

8. No que diz respeito a este ponto da agenda, a Comissária informou ao Subcomité sobre os progressos registados desde o lançamento, durante a Cimeira de Junho de 2015, das negociações que visam a implementação da ZCLC. Ela realçou que a ZCLC é uma iniciativa prioritária da Agenda 2063 da União Africana, que anuncia a visão da trajetória do desenvolvimento africano durante as próximas cinco décadas. A ZCLC é um dos pilares da implementação da aspiração da Agenda 2063, rumo a uma África próspera, apoiando-se no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável. Ela sublinhou que esta aspiração é baseada na implementação de políticas que visam a realização de uma convergência sistemática para os países e as regiões desenvolvidas assim como a integração cada vez mais crescente na economia mundial, como um parceiro respeitado. Neste contexto, a Comissária sublinhou que as negociações serão realizadas simultaneamente sobre o comércio de bens e de serviços. Quanto ao financiamento das negociações, a Comissária indicou com precisão que os fundos recebidos da União Europeia e de outros parceiros, tais como a Cooperação Técnica da Alemanha (GIZ), facilitarão o processo. Relativamente aos obstáculos encontrados neste processo, ela sublinhou a falta de domínio desta matéria no seio do seu Departamento, tendo afirmado que estão em curso medidas correctivas, graças ao recrutamento de 14 funcionários, com competências elevadas. No que tange a complexidade do processo de negociação, a Comissária sublinhou a necessidade da designação de pontos focais nacionais e o seu funcionamento, graças a sessões de formação adequada, tendo em vista a facilitação das negociações.

9. Para impulsionar o Comércio Intra-Africano, a Comissária informou ao Subcomité sobre a necessidade imperiosa da industrialização do Continente, numa perspectiva da libertação do potencial económico do Continente, promovendo a transformação económica e social, condições necessárias para a transformação estrutural exigida pela Agenda 2063. Além disso, a industrialização é a chave da luta contra os fluxos migratórios ilegais que, por seu turno, amputam o Continente da sua mão-de-obra. Quanto ao pilar relativo à facilitação do comércio, ela informou ao Subcomité sobre os progressos registados no quadro dos Acordos de Bali.

b) 10ª CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

10. No que diz respeito a este ponto da agenda, a Comissária felicitou-se pela organização, no Continente Africano, em Nairobi, Quênia, da 10ª Conferência Ministerial da OMC. Neste contexto, ela realçou os principais avanços positivos no que respeita a

preparação deste evento e a advocacia para a formulação de uma posição comum africana, que deve culminar com uma melhor inclusão das questões cruciais do desenvolvimento do Continente. Ela saudou os esforços de coordenação envidados pelo Grupo dos Países Africanos em Genebra nesta perspectiva. Ela informou igualmente ao Subcomité sobre as principais conclusões da reunião preparatória de Nairobi, tendo insistido que a Posição Comum Africana a ser apresentada é ilustrativa do compromisso dos Estados Membros da União Africana, não apenas da Comissão da União Africana.

c) ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA

11. Relativamente a este ponto da agenda, a Comissária informou ao Subcomité sobre os avanços registados pelos Estados Membros no que tange a assinatura dos Acordos de Parceria Económica (APE), bem como os diferentes compromissos inerentes a esta matéria. Ela sublinhou que, no seio da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), somente a República dos Camarões rubricou o APE. Ela sublinhou também o caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, onde os respectivos Chefes de Estado e de Governo validaram as conclusões do Acordo e reafirmaram o seu compromisso firme a favor da integração regional, no quadro de uma abordagem participativa, consensual e construtiva, o que permitirá a finalização das negociações dos Acordos de Parceria Económica. Ela informou ao Subcomité sobre os esforços envidados pela União Europeia para a assinatura dos Acordos de Parceria Económica, tendo chamado a atenção do Subcomité sobre as potenciais incidências negativas sobre o comércio intra-africano e o desenvolvimento industrial do Continente. Neste contexto, a Comissária indicou que os Estados Membros demoram a honrar os seus compromissos de enviar à Comissão da União Africana e à Comissão Económica das Nações Unidas para África, as cópias dos seus Acordos de Parceria Económica para avaliação. A terminar este ponto da agenda, a Comissária fez uma avaliação das principais conclusões da Reunião de Coordenação das Negociações dos APEs em Bruxelas que são as seguintes:

- a) A CUA e a UNECA deverão realizar até Março de 2016 uma análise comparativa dos vários textos dos APE (incluindo aqueles celebrados nas Caraíbas e Pacífico e assim definir questões comuns que podem ser juntamente tratadas durante o processo de implementação identificação de questões específicas que afectam algumas Reções e para posterior envolvimento com a UE. A esse propósito, os Estados Membros ou as CER deverão submeter uma cópia de textos iniciais, assinados ou ratificados dos APE a Comissão da União Africana até Novembro de 2015;
- b) Onde as negociações ainda não começaram, os Estados Membros e as CER deverão preparar posições regionais relativas ao comércio, serviços, investimento, concorrência, direitos de propriedade intelectual e outras áreas ligadas ao comércio antes de incluí-las nas negociações dos APE;
- c) Os Estados Membros deverão assegurar que as disposições da ZCLC sejam mais favoráveis do que as garantidas pelos APE;

- d) A CUA deverá criar uma plataforma para os Estados Membros e as CER que estão implementando os APE para partilhar as suas experiências e preparar um sistema de monitorização para rever o potencial impacto da implementação dos APEs sobre a proposta da ZCLC;
- e) Tendo em conta as experiências dos processos de liberalização do comércio, os Estados Membros da UA deverão considerar a criação de um mecanismo de ajustamento para tratar dos potenciais desafios que poderão aparecer na implementação da ZCLC;
- f) Em apoio ao aprofundamento da integração continental, a CUA deverá realizar um estudo sobre a viabilidade de renegociação dos calendários da liberalização das tarifas e de outras obrigações emergentes dos APE em virtude da evolução dos processos de integração continental;
- g) Os Estados Membros devem se envolver em consultas posteriores aos níveis nacional e regional com base no Guia de Implementação dos APE;
- h) A UE deverá ser mais flexível relativamente ao desembolso do Fundo para Implementação dos APE.

d) AGOA

12. Sobre este ponto da agenda, a Comissária informou ao Subcomité sobre as principais conclusões de 14^a Edição do Fórum Internacional sobre o AGOA, que decorreu de 24 a 27 de Agosto de 2015, em Libreville, Gabão. Ela indicou que este programa tem em vista a promoção do comércio e dos investimentos entre os Estados Unidos da América e a África bem como o incentivo do desenvolvimento económico e das reformas em África, graças ao acesso e às possibilidades acrescidas para os investidores de empresas em África, incluindo a eliminação de barreiras aos produtos têxteis e ao vestuário provenientes do Continente Africano. Ela indicou também que uma melhor exploração do potencial do AGOA poderá encorajar a diversificação da economia nos Estados Membros, graças à assistência técnica. Todavia, a Comissária deplorou que apenas 6 Estados Membros, de um total de 39 países envolvidos neste processo, tiram realmente vantagem do AGOA. Para inverter esta tendência ao longo da próxima década, a Comissária sublinhou que existe um quadro que permite assegurar uma melhor participação neste processo, graças à formulação de Estratégias Nacionais de Resposta. Ela convidou os Estados Membros a se envolverem na formulação desses documentos de estratégia indispensáveis para a consolidação do crescimento, mercê de uma melhor inserção nas Cadeias de Valor Mundiais (CVM) e no comércio internacional. Ela aproveitou a ocasião para informar aos participantes que o Governo dos Estados Unidos da América e o respectivo Congresso (Parlamento) comprometeram-se a renovar o AGOA, por um período de quinze (15) anos.

Debates

13. Durante os debates que se seguiram à comunicação da Comissária, foram abordados os seguintes pontos:

- i) Clarificação sobre o envolvimento dos Estados Membros nas reuniões de Nairobi e de Bruxelas;
- ii) Sobre a ZCLC, as modalidades de recrutamento de Peritos provocou discussões extensas, tendo sido também abordado o papel e o envolvimento dos Estados Membros neste processo. Neste contexto, o Comissário sublinhou que o recrutamento é feito com transparência, no estrito respeito dos procedimentos em vigor;
- iii) No quadro da implementação do AGOA, o Subcomité debruçou-se sobre as causas profundas dos fracassos registados, as potenciais medidas correctivas a serem tomadas bem como o papel da Comissão neste processo;
- iv) A participação da Comissão no FOCAC e no seguimento dos compromissos da China no quadro do MoU assinado entre esta última e a Comissão.

Recomendações

14. As trocas de opiniões sobre este ponto da agenda permitiram a formulação das seguintes recomendações:

- i) A Comissão deve realizar um estudo continental para examinar as causas dos fracassos do AGOA e aproveitar a boa experiência dos países que tiveram melhor desempenho económico e comercial neste processo;
- ii) Os Estados Membros devem definir os respectivos quadros estratégicos nacionais, com vista a explorar o potencial económico e comercial do AGOA;
- iii) Os Estados Membros devem definir uma posição comum africana e honrar os compromissos assumidos sobre esta questão, por forma a falarem de uma única voz sobre as exigências do Continente nas grandes reuniões internacionais dedicadas à negociação dos acordos comerciais;
- iv) Os Estados Membros devem acelerar a implementação da ZCLC, mercê de uma atribuição dos fundos indispensáveis para a apropriação das negociações. Isto permitirá à Comissão formar mais Peritos nacionais bem como nas Embaixadas dos Estados Membros acreditadas em Adis Abeba. Neste contexto, a Comissão exortou para a assinatura e ratificação rápida dos Memoranda de Entendimento que criam as instituições pan-africanas, tendo em vista dotar o Continente de meios adequados para a execução da Agenda de Desenvolvimento Continental;
- v) Os Estados Membros devem encaminhar os seus APE para a Comissão e para UNECA com vista a analisá-los e assegurar que sejam compatíveis com o desenvolvimento da África consignado na Agenda 2063;

- vi) Com vista a negociações sobre a ZCLC prestes a iniciar, os Estados Membros deverá designar rapidamente os seus Chefes e negociadores substitutos bem como os pontos focais nas suas respectivas Embaixadas em Adis Abeba;
 - vii) A Comissão deverá capitalizar os compromissos da China no quadro do FOCAC e do MoU assinados com a China para industrialização.
- e) 1ª SESSÃO DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA QUESTÕES FINANCEIRAS, MONETÁRIAS, PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA E INTEGRAÇÃO**

15. O Comissário dos Assuntos Económicos apresentou as principais conclusões da 1ª Sessão do Comité Técnico Especializado sobre as Questões Financeiras, Monetárias, Planificação Económica e Integração, realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 25 a 31 de Março de 2015. Ele afirmou que a reunião tinha como objectivo estudar as vias e os meios indispensáveis para a implementação sucedida da Agenda 2063 durante as próximas cinco décadas. Neste contexto, ele sublinhou que as questões relativas ao financiamento, participação do cidadão, definição e implementação de programas decenais coerentes constituíram a base dos debates. No que diz respeito às modalidades de financiamento, foi dada uma atenção particular às questões relativas à mobilização de recursos internos, graças à implementação das fontes alternativas de financiamento assim como à luta contra os fluxos financeiros ilícitos que amputam o Continente dos recursos tão indispensáveis para o seu desenvolvimento. No que diz respeito à participação do cidadão, foi formulada uma recomendação para que a Comissão conduza actividades de vulgarização da Agenda 2063, tendo em vista o envolvimento de todas as forças vivas do Continente, principalmente as mulheres, os jovens e o sector privado. A terminar, ele sublinhou que a implementação efectiva das recomendações do Comité Técnico Especializado deve facilitar o reforço da independência financeira para a realização da visão e das aspirações da Agenda 2063.

f) 3ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

16. O Representante do Departamento dos Assuntos Económicos procedeu à apresentação das grandes linhas da Declaração de Adis Abeba, Documento Final da 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba, de 13 a 16 de Julho de 2015. Ele sublinhou que o Documento Final da Conferência é uma afirmação da vontade política dos Dirigentes do Mundo para ultrapassar os desafios do financiamento e criar, a todos os níveis, um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável, dentro de um espírito de parceria e de solidariedade planetárias. O Documento Final inspira-se, por conseguinte, no Consenso de Monterrey de 2002 e na Declaração de Doha de 2008, tendo em vista a eliminação da fome, da pobreza bem como a realização do desenvolvimento sustentável em três dimensões, designadamente o crescimento económico para todos, a protecção do meio ambiente e a inclusão social. Em seguida, ele indicou os principais domínios de intervenção da próxima década, nomeadamente: i) mobilização e utilização eficaz dos recursos públicos internos; ii) empresas privadas e finanças internas e internacionais, cooperação internacional para o desenvolvimento; iii) comércio internacional e

desenvolvimento; iv) dívida e viabilidade da dívida; v) ciência, tecnologia, inovação e reforço de capacidades e; vii) dados, controlo e acompanhamento, realçando a pertinência de cada um no desenvolvimento de África. A terminar, ele indicou os pontos de âncora entre a Agenda 2063 e a Declaração de Adis Abeba no que diz respeito ao financiamento do desenvolvimento.

Debates

17. Os debates sobre este ponto da agenda articularam-se em torno dos seguintes aspectos:

- i) Os actuais desafios económicos, humanitários e da agricultura com os quais o Continente se confronta. A Reunião registou que embora esses factores negativos levantam sérias ameaças sobre o desenvolvimento da África, eles representam também uma oportunidade para construir resiliência de longo prazo e catalizar a transformação económica e social no âmbito do mecanismo da Agenda 2063 através da aceleração da implementação dos seus programas emblemáticos;
- ii) Modalidades de financiamento interno da Agenda 2063 e da Agenda 2030. Neste contexto, o Subcomité questionou a Comissão sobre os obstáculos à implementação efectiva das Instituições Financeiras Pan-africanas: o Banco Central Africano (BCA), o Fundo Monetário Africano (FMA) e o Banco Africano de Investimentos (BAI). A Comissão apresentou os progressos registados neste domínio e sublinhou os principais obstáculos a este processo que, por seu turno, deve culminar, a longo prazo, com a emancipação financeira do Continente;
- iii) Papel motor do sector privado na realização da Agenda 2030 e da Agenda 2063. A Comissão aproveitou esta oportunidade para informar ao Subcomité sobre os avanços registados na redacção do Código Pan-africano dos Investimentos (CPI) e a Estratégia da Comissão para o desenvolvimento do Sector Privado. A Comissão sublinhou que o Sector Privado é o centro das suas intervenções estratégicas, tendo em vista um crescimento mais inclusivo e sustentável.

Recomendações

18. No final do debate, foram formuladas as seguintes recomendações:

- i) A comissão deverá organizar urgentemente a Mesa Redonda Ministerial sobre os actuais desafios económicos, financeiros, humanitários e da agricultura com os quais o Continente se confronta com vista a tratar esses desafios e preparar uma resposta africana virada para o futuro e construir resiliência de longo prazo;
- ii) Os Estados Membros da União Africana devem, numa perspectiva de facilitação da implementação das decisões anteriores, assinar e ratificar os Protocolos e Estatutos que criam as Instituições Pan-africanas: Banco

Central Africano, Banco Africano de Investimentos e Fundo Monetário Africano;

- iii) A Comissão deve pôr à disposição dos Estados Membros o Relatório da 1ª Sessão do Comité Técnico Especializado sobre as Questões Financeiras, Monetárias, Planificação Económica e Integração, incluindo os documentos conexos.

PONTO 4: IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES

19. No que respeita a implementação das decisões anteriores, a Comissária para o Comércio e Indústria informou ao Subcomité sobre os progressos registados para o funcionamento efectivo do Centro Africano do Desenvolvimento Mineiro (CADM). Ela sublinhou que esta instituição é crucial para a implementação da Visão Mineira Africana (VMA), tal como foi definido em 2009. Em seguida, a Comissária apresentou a Relatório da Conferência dos Ministros da Integração (COMAI), realizada em 2014, tendo indicado as principais conclusões. A terminar, ela abordou a questão das fontes alternativas de financiamento para suportar a transformação de África e a provisão de recursos financeiros desta natureza para a consolidação da eficácia operacional da Comissão, numa perspectiva orientada para os resultados.

Debates

20. Sobre este ponto da agenda, os debates articularam-se em torno dos seguintes aspectos:

- i) Importância das fontes alternativas de financiamento para o crescimento inclusivo e a transformação estrutural em África, sob a égide de uma comissão financeiramente autónoma e análise dos principais obstáculos para a implementação efectiva desses instrumentos de financiamento;
- ii) Funcionamento do Centro Africano do Desenvolvimento Mineiro e perspectivas exploráveis para o início das suas actividades.

Recomendações

21. No final do debate foi recomendado que:

- i) Os Estados Membros deverão fornecer informações estratégicas a Comissão relativamente aos seus recursos minerais com vista a assegurar plenos benefícios ao nível continental e partilhar a prosperidade através do CADM;
- ii) A CUA e os Estados Membros deverão acelerar a implementação dos programas emblemáticos tais como o Projecto de Barragem do Grande Inga para aproveitar o potencial económico do Continente.

PONTO 5: DIVERSOS

22. Nenhuma questão foi levantada.

PONTO 6: ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

23. No seu discurso de encerramento, o Presidente do Subcomité agradeceu aos participantes na reunião pelas suas contribuições enriquecedoras e saudou os esforços envidados pela Comissão na implementação da Agenda de Transformação Continental. Ele exortou os Estados Membros presentes para advogar junto dos seus países para a assinatura e ratificação dos Protocolos relativos às Instituições Pan-africanas, base do processo de integração.

Anexo: Lista dos Participantes à Reunião do Subcomité
11 de Novembro de 2015

Nome	País	Endereço electrónico	Telefone
Liberato Salvador Bakale	Guiné Equatorial	libetsalvador@gmail.com	<u>0942601586</u>
Azanaw Tedesse	Etiópia	azaanaw@gmail.com	<u>0944132815</u>
Christian Assogra	Senegal	christianjosephassogra @diplomatic.gov.sn	0966922814
Amos Coker	Sierra Leone	ebicahenry@yahoo.com	<u>0922989497</u>
Naji Hamdi	Tunísia	tu.addis@gmail.com	<u>0938484282</u>
Lirida Mbangwela	Zâmbia	cheelonda@yahoo.com	<u>0949460780</u>
Malvern Bere	Zimbabwe	bmunetsimalverna@yahoo.com	<u>0921774459</u>
Josph Chinyemba	Zâmbia	jochinyemba@yahoo.com	<u>0949460932</u>
Hossam Bassiouni	Egipto	hassam.bassioni@gmail.com	<u>0944117329</u>
Tia Gelgnini	Cote d' Ivoire	glegnini78@gmail.com	<u>0936983513</u>
Alhadi Mouichiol	Comores	alhadimourchidi@gmail.com	<u>0935359774</u>
Nzaba Joan-Michel	Congo	nzabaiml@yhoo.com	<u>0939860383</u>
Ndzana Olomo Patrick	Comissão da União Africana	olomp@africanunion.org	<u>0937606482</u>
Lazare Makayat Safouesse	Congo	lmakayat@gmail.com	<u>0911213744</u>

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2016

Report of the sub-committee on economic and trade matters

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4913>

Downloaded from African Union Common Repository